

Juiz Lauremi Camaroski alcança a aposentadoria após mais de 25 anos de Justiça do Trabalho

Em 13 de abril foi publicado no Diário Oficial da União decreto assinado pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, que confirmou a aposentadoria do juiz Lauremi Camaroski como magistrado da Justiça Trabalho do Paraná, após mais de 25 anos de atividade. O Órgão Especial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná havia deferido a aposentadoria, na sessão de 31 de janeiro.

Camaroski é curitibano e formou-se em Direito (turma de 1972) e Letras (1973) pela Universidade Federal do Paraná. Advogou até 1975, quando aprovado em concurso, passou a integrar os quadros do Ministério do Trabalho, exercendo o cargo de inspetor na Delegacia Regional do Paraná.

Em 1979, após exercer a chefia do setor de inspeção da DRT-PR, deixou o MTB em favor da magistratura, novamente por concurso público de provas e títulos. Como substituto e presidente, jurisdicionou as então denominadas Juntas de

Conciliação e Julgamento em Maringá, Guarapuava, Paranaguá e 1ª de Curitiba.

Em julho de 1993, nova promoção levou-o ao TRT, passando a atuar na 4ª Turma de juízes, que presidiu de dezembro de 1995 a dezembro de 1997, quando foi eleito para o cargo de corregedor regional da Justiça do Trabalho no Paraná. Como tal, Camaroski inspecionou por duas vezes todas as então 61 Varas do Paraná. Na época, exercia o magistério superior na Universidade Tuiuti do Paraná, onde lecionava as disciplinas de Direito do Trabalho e Processual do Trabalho.

Vice-presidente do Tribunal a partir de dezembro de 1999, dois anos depois foi novamente eleito por seus pares, desta feita para a presidência da Corte. Empossado, exerceu o cargo no biênio encerrado em 12 de dezembro de 2003. De volta às atividades estritamente judiciárias, vinha integrando o Órgão Especial e a 5ª Turma de juízes do TRT paranaense, até sua recente aposentadoria.

Gestão marcada por avanços

vários Fóruns de Primeiro Grau: Guarapuava (ampliado de 436 m² para 736 m²), de Cascavel (novo, com 1.308 m²), Curitiba (8.224 m², no prédio que abrigou a DRT) e Foz do Iguaçu. Sem ônus para o TRT, foram recebidos terrenos das municipalidades de Paranaguá, Paranavai, Araçongas e Foz do Iguaçu e realizadas reformas pontuais nos fóruns de Londrina (com reserva de espaço para a futura 6ª Vara), Foz, Campo Mourão, Marechal Cândido Rondon, Irati, Colombo, Assis Chateaubriand, Telêmaco Borba, Pato Branco e Araucária.

Foi também na gestão de Camaroski que o TRT estreou a veiculação de matérias produzidas pela Assessoria de Comunicação na TV Justiça. Na área de informática, foram adquiridos centenas de microcomputadores e periféricos e desenvolvidos novos programas para as áreas judiciária, administrativa e de recursos humanos. Pioneiramente, foram realizados Encontros de Magistrados, de Oficiais de Justiça e de Aposentados. Na área procedimental, o biênio será lembrado ainda pela extinção da Secretaria Integrada de Execuções - SIEEx, com o consequente retorno das ações trabalhistas em fase executória em Curitiba para as Varas de origem.

Camaroski prestando juramento de posse na presidência, em 2001

No biênio em que foi presidido pelo juiz Lauremi, o Regional paranaense experimentou progressos consideráveis.

No âmbito legislativo, foram aprovados três projetos de lei que tramitavam há mais de uma década no Congresso Nacional - o que criou 375 cargos no quadro de pessoal, o que ampliou o quadro da área de informática em outros 33 cargos e o que resultou na criação de 25 novas Varas do Trabalho para o Paraná. Foram edificados, ampliados e reformados

"A satisfação em tê-lo como integrante e o brilhantismo com que atuou nesta Turma é inversamente proporcional ao curto espaço de tempo que permaneceu entre nós, fazendo-nos lamentar o seu precoce afastamento da atividade judicante. Sua amizade, solidariedade e alegria, além de sua indiscutível competência profissional, permanecerão indelévels na memória desta 5ª Turma." - Nair Maria Ramos Gubert (presidente da 5ª Turma), Dirceu Buyz Pinto Júnior, Eneida Cornel e Arion Mazurkevici.

Juiz Lauremi com os juízes integrantes da 5ª Turma, procurador do Trabalho e servidores da respectiva secretaria, após a participação naquela que seria sua última sessão de julgamento

"Pessoa admirável, o juiz Lauremi alcança a aposentadoria após uma gestão presidencial nesta Corte cujo sucesso coroa uma carreira vitoriosa e exemplar. Quer como aplicador do Direito, quer como administrador, deixa a seus colegas exemplos de operosidade, competência e criatividade". Juiz Fernando Eizo Ono, presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9 Região



Em 1979, o juiz Lauremi assinava o termo de sua posse como juiz substituto

"A Assessoria de Comunicação deste E. Tribunal solicitou-me que escrevesse duas frases sobre o Dr. Lauremi Camaroski, como juiz, administrador e pessoa, em face de sua merecida (embora precoce) aposentadoria como magistrado da 9ª Região da Justiça do Trabalho. Não sou digno de fazer qualquer referência à pessoa do Dr. Lauremi, porquanto seus colegas de magistratura, os servidores e seus amigos que com ele conviveram e convivem bem podem expressar o que significa tê-lo como colega de trabalho, como superior hierárquico ou como amigo. O Dr. Lauremi é o Dr. Lauremi - Magistrado. É o Dr. Lauremi - juiz substituto do Trabalho, juiz-presidente de JCJ, juiz do Tribunal, juiz corregedor, juiz vice-presidente e juiz-presidente. É, simplesmente, o Lauremi, ou o Laure - como amigo, filho, marido e pai. É a mesma pessoa. Sempre. Homem digno, correto, justo e de conduta ilibada. Em razão disso, sinto-me lisonjeado de ter tido a oportunidade de conviver com o Dr. Lauremi na Justiça do Trabalho da 9ª Região e, na qualidade de servidor, em nome de meus colegas, quero expressar nossa sincera gratidão de termos tido a oportunidade de participar um pouco de sua vida. Felicidades, Dr. Lauremi. Muito obrigado!" - Osman César Bozzo Silva, diretor-geral do TRT

"Honrando os cargos que ocupou na Justiça do Trabalho da 9ª Região, o juiz Lauremi Camaroski sempre os exerceu com incondicional dedicação, ética e seriedade. Com sua simplicidade, alegria e retidão de caráter, cativou juízes, procuradores, servidores, advogados e jurisdicionados. Desses anos em que o assessorie, agradeço a ele o aprendizado adquirido e a amizade conquistada - riquezas inestimáveis que levarei comigo para o resto da vida". Angélica Maria Juste Camargo, assessora do juiz Lauremi até sua aposentadoria e ex-secretária geral da Presidência

Condecorações recebidas

Em 13 de agosto de 2002, o juiz Lauremi Camaroski foi agraciado com a medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, concedida pelo Tribunal Superior do Trabalho a juristas eminentes e outras personalidades nacionais e estrangeiras que contribuem para a melhoria do Poder Judiciário e das relações trabalhistas no país. Camaroski foi contemplado no grau de grande oficial. Em 14 de novembro de 2003, recebeu a Medalha da Ordem Catarinense do Mérito Judiciário do Trabalho - 2º Grau, do 12º Regional.

ENTREVISTA

Juiz Lauremi Camaroski

Juiz do Trabalho aposentado (ex-presidente do TRT-PR)



“Foi na Justiça do Trabalho que me realizei profissionalmente”

Antes de ser juiz, o senhor foi inspetor do trabalho, na Delegacia Regional. A experiência no exercício da função - fiscalizando empresas e apurando denúncias de violação aos direitos dos trabalhadores - foi relevante para sua decisão de prestar o concurso de ingresso na magistratura?

Até me ver aprovado em concurso para ingresso no Ministério do Trabalho, em 1975, confesso que quase nenhum contato tivera com o Direito do Trabalho, salvo na Faculdade de Direito, em que essa cadeira fora ministrada em um único ano - o que é sabido ser insuficiente. A partir da minha posse, então, um novo universo se me apresentou e, assim, passei a me aprofundar nas questões sociais que gravitam em torno desse ramo. Presenciei, no exercício de minha função, inúmeros casos de acintoso desrespeito às normas de proteção ao trabalho, sentindo-me impotente muitas vezes para solucionar os conflitos daí decorrentes. Irritava-me, sobretudo, a ausência do poder de exigir o pagamento de salários, por exemplo, já que nas minhas atribuições o máximo que podia fazer era lavrar autos de infração que quase nunca levavam à punição adequada ou muito menos corrigiam desvios de conduta de maus empregadores. Isso também me inspirou a tentar a magistratura do trabalho, onde tive a ventura de desembocar quatro anos depois.

Como foram os primeiros anos de judicatura? Além do natural sacrifício da vida familiar e social, que outras dificuldades enfrentou na época em que atuou como substituto (volante) e presidente de JCJ?

Na época de minha aprovação no concurso, havia na 9ª Região (que então também abrangia Santa Catarina) 10 JCJs vagas. Foi-me destinada a JCJ de Maringá, que ninguém queria, em razão do desconhecido volume de trabalho que apresentava. E lá fui eu enfrentar aquele desafio. Herdei uma pauta com audiências a partir das 9h, prolongando-se até 19, 20, 21h, com cerca de 35 processos a cada dia, geralmente referentes a trabalho rural, em que a coleta da prova era - e é - extremamente penosa. Depois de algumas semanas de trabalho árduo, fui socorrido por uma juíza auxiliar (Águeda Maria Lavoratto Pereira, hoje presidente do TRT da 12ª Região), quando então o fardo se tornou menos pesado. Fui substituído por apenas 15 dias, mas na realidade não substituí em nenhuma JCJ, já que desde a posse atuei em Maringá. Assim, na realidade, fui substituído de mim mesmo, já que passei à titularidade daquela JCJ em seguida. No início de 1980, quando os juízes

mais antigos tiraram férias ao mesmo tempo, os novos juízes foram instados a acumular duas jurisdições. A Juíza Adriana Nucci Paes Cruz, então titular de Apucarana, passou a atuar em Londrina e Cornélio Procopio e a mim coube acumular Maringá com Apucarana durante um mês. Tinha na ocasião apenas um filho, já que perdêramos na época da prova oral do concurso uma menina, Tábita, nascida com menos de seis meses de gestação e que partiu nove dias após ter chegado. Imaginando que, sendo o mais novo dos juízes titulares, dificilmente retornaria à capital, onde nasci e me criei, mudei-me para Maringá, até adquirindo casa. 333 dias após, contudo, consegui remoção para Guarapuava, movido por questões familiares. Lá fiquei até 1982, quando me removi para Paranaguá e, em 1985, para a 1ª JCJ de Curitiba.

Que lembranças mais significativas o senhor tem do convívio com outros juízes, classistas, servidores, procuradores e advogados? Algum episódio se revelou especialmente marcante?

Após aprovado no concurso, durante umas duas semanas acompanhei audiências na 1ª JCJ de Curitiba, então na presidência do hoje ministro aposentado Indalécio Gomes Neto, que tinha por hábito prolar as sentenças de imediato, na própria audiência, modelo que algumas vezes procurei seguir. A 9ª Região, então, contava com cerca de 30 juízes togados, incluídos os 8 do Tribunal (sendo 2 classistas). Era, seguramente, bem mais fácil o relacionamento, já que éramos poucos. Também havia a representação classista, que me permitiu colecionar um grande número de amigos, em 1ª e 2ª instâncias. O número de advogados, também, era bastante inferior ao que hoje temos, de modo que se formava facilmente um grupo de amigos. O mesmo se diga em relação ao Ministério Público do Trabalho e ao quadro de servidores, muito reduzido. O primeiro funcionário do Tribunal que conheci, ainda antes de prestar concurso, veio ao final a ser meu diretor-geral, Osman César, que na época era um goleiro de muitos recursos. Um episódio ficou gravado na minha memória: em Paranaguá, ao final da tarde, observei que na porta da rua da JCJ estava me aguardando uma senhora idosa que tinha participado de uma audiência no início da tarde, desacompanhada de advogado, e em que consegui convencer o empregador e seu advogado a pagar um determinado valor a título de acordo. Imaginei que aquela senhora tivesse ido ao banco e o cheque

não tivesse provisão de fundos. Todavia, ela se dirigiu até minha presença para dizer, simplesmente:

“Deus lhe pague!” Foi minha maior emoção na carreira, talvez. Para outros, talvez a maior emoção tenha sido quando, presidindo audiência de instrução e inquirindo uma testemunha, na 1ª JCJ de Curitiba, tive quebrada a base da cadeira reclinável em que estava sentado, caindo de costas com grande estardalhaço.

Sua eleição aos cargos de vice-presidente e, após, de presidente do TRT, levou-o das atribuições estritamente judiciais para as de âmbito administrativo. O senhor sente realizado profissionalmente, em especial após sua atuação presidencial (2002-2003)?

Preocupava-me deixar a atuação judiciária para ingressar na direção da Corte. Ao chegar à presidência, fiquei ainda mais assustado, desde que já no primeiro momento, no dia da posse, encontrei um obstáculo enorme, na fila dos cumprimentos. E os problemas se seguiram, sempre em maior número e com mais complexidade. Precatórios, orçamento, atritos com outros ramos do Judiciário, etc. Administrar muitas vezes é contrariar interesses! Confesso que, se não estivesse cercado de fiéis escudeiros, teria sucumbido. Mas, ao contrário, consegui vitórias expressivas em diversas áreas, especialmente na ampliação do quadro de servidores e aquisição de imóveis. Sinto-me, assim, recompensado por todo o desgaste que a presidência representa, mais ainda por ter convivido com servidores da melhor qualidade e que não precisam ser mencionados porque sabem que a eles me refiro.

Que balanço o senhor faz desses mais de 25 anos de atuação como juiz? Que sentimento o senhor tem da carreira, agora que alcança a aposentadoria?

Esse um quarto de século na realidade marcou toda a minha vida. Foi na Justiça do Trabalho que me realizei profissionalmente. Devo quase tudo que sou e tenho à Justiça do Trabalho. Confesso que agora, ao deixar a magistratura, sinto um vazio profundo, o que me impele a não abandoná-la por completo.

E o futuro?

De início, a grama lá em casa está muito crescida e a Nelci (minha esposa) aguarda providências de minha parte. Vou, também, procurar tratar da minha saúde, um tanto prejudicada pelo estresse dos últimos anos. Balneário Camboriú deve ajudar nessa tarefa, além de minha filha fisioterapeuta. Após, vou procurar auxiliar meus dois filhos que também estão enveredando pelo Direito. ■